

Trajetória e Distribuição do Crédito Rural no Espírito Santo entre 1995 e 2025

Evolution and Distribution of Rural Credit in Espírito Santo (1995–2025)

Breno Liebbmann Vervloet

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil

Carlos Otávio de Freitas

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil

GT07 - Desenvolvimento rural, territorial e regional: Dinâmicas territoriais.

Resumo: A agropecuária tem papel central na formação econômica do Espírito Santo, historicamente marcada pela cafeicultura, pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar. Nesse contexto, o crédito rural tornou-se instrumento fundamental para sustentar a produção e a permanência dos produtores no campo. Este artigo analisa a trajetória, a distribuição e a concentração do crédito rural no estado entre 1995 e 2025, considerando modalidades de financiamento, perfil dos beneficiários, instituições ofertantes e principais produtos atendidos. Com base em análise quantitativa e descritiva de dados secundários do Banco Central do Brasil e do IBGE, os resultados indicam forte expansão do crédito no período, com predominância das modalidades de custeio e investimento, elevada concentração na atividade agrícola e centralidade da cafeicultura na absorção dos recursos. Observa-se ainda maior capilaridade da agricultura familiar em número de contratos, enquanto a não familiar concentra operações de maior valor médio. Conclui-se que o crédito rural é essencial para a agropecuária capixaba, embora sua distribuição permaneça marcada por seletividade e assimetrias.

Palavras-chave: Crédito Rural, Agronegócio, Economia Capixaba.

Abstract: Agriculture plays a central role in the economic formation of Espírito Santo, historically shaped by coffee production, smallholdings, and family labor. In this context, rural credit became a fundamental instrument for sustaining production and ensuring farmers' permanence in rural areas. This article analyzes the trajectory, distribution, and concentration of rural credit in the state between 1995 and 2025, considering financing modalities, beneficiary profiles, lending institutions, and the main products supported. Based on a quantitative and descriptive analysis of secondary data from the Central Bank of Brazil and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the results indicate a strong expansion of credit over the period, with predominance of operating and investment credit, high concentration in agricultural activity, and the centrality of coffee production in resource allocation. The findings also show that family farming has greater capillarity in terms of number of contracts, while non-family farming concentrates operations with higher average values. It is concluded that rural credit is essential to agriculture in Espírito Santo, although its distribution remains marked by selectivity and asymmetries.

Keywords: Rural Credit; Agribusiness; Economy of Espírito Santo.

1. Introdução

A trajetória econômica, social e territorial do estado do Espírito Santo está intrinsecamente ligada com a atividade agropecuária. Desde os primeiros ciclos produtivos coloniais até a consolidação contemporânea como um dos principais produtores de café do mundo, a agricultura exerceu papel central na organização do território, na estrutura produtiva e nas relações sociais. Entretanto, essa evolução não ocorreu de forma linear, e como afirma Rocha e Morandi (2012, p. 28), “foi marcada por choques externos, alheios à dinâmica da economia interna, sem que essa estivesse preparada para recebê-los, o que provocou mudanças no rumo da economia e da sociedade”.

Foi somente a partir do século XIX, com a desorganização francesa no Haiti, que as exportações de café se tornaram significativas no Brasil. A partir daí, esse produto passou a substituir progressivamente a cana-de-açúcar como principal atividade produtiva do estado, tornando-se o eixo estruturante da economia local.

Pereira Neto (2011, p. 52) aborda a questão da imigração europeia para o estado, que caracterizou uma particularidade diferente para a consolidação da estrutura agropecuária daqui. A política de imigração foi baseada no povoamento, já que naquele momento mais de 75% do interior do estado era inexplorado. Essa característica foi oposta ao estado de São Paulo, onde, segundo Celin (1990, p. 140-146) a política de imigração tinha como foco a substituição da mão de obra escrava. Essa política destinou os imigrantes à região serrana do estado, onde se formou uma economia baseada na mão-de-obra familiar.

Devido a isso, diferentemente do observado em estados como São Paulo, onde a cafeicultura se estruturou majoritariamente sobre grandes propriedades e forte concentração fundiária, no Espírito Santo o café se desenvolveu predominantemente a partir da pequena propriedade rural e do trabalho familiar. Esse traço estrutural conferiu maior capilaridade territorial à atividade cafeeira, ao mesmo tempo em que limitou a capacidade de acumulação dos produtores. Conforme destaca Souza Filho (1990, p. 66), a predominância de unidades produtivas de menor escala implicou menor disponibilidade de capital próprio, maior exposição a riscos produtivos e dependência crescente de mecanismos externos de financiamento para viabilizar o custeio e a continuidade da produção.

Nesse contexto, a estrutura produtiva baseada majoritariamente na pequena produção familiar, limitou a capacidade de substituição da cafeicultura por outras atividades agrícolas, tornando o estado particularmente sensível à crise do setor. A queda dos preços do café reduziu a renda gerada pela atividade e comprometeu o dinamismo da agricultura, ao mesmo tempo em que evidenciou a fragilidade de uma economia fortemente dependente de um único produto.

Ainda segundo Rocha e Morandi (2012, p. 77) a partir do início da década de 1960, essa situação foi profundamente alterada pela intervenção estatal por meio do Programa de Erradicação dos Cafezais, conduzido pelo IBC-Gerca. Voltada ao controle das supersafras e à sustentação dos preços internacionais, a política de erradicação atingiu o Espírito Santo de forma particularmente intensa, uma vez que mais da metade dos cafeeiros existentes no estado e cerca de 70% da área cultivada com café foram eliminados. Esse processo provocou uma desestruturação significativa da base produtiva cafeeira, com fortes impactos sobre o emprego rural e a renda agrícola, ao mesmo tempo em que converteu os cafeeiros erradicados em liquidez monetária por meio das indenizações pagas aos produtores.

É nesse cenário que o crédito assume importância estratégica na dinâmica da agricultura capixaba. A expansão, a consolidação e a crise da cafeicultura criaram uma demanda estrutural por financiamento, anterior à institucionalização formal do crédito rural no Brasil. Assim, compreender o papel do café como motor da economia do Espírito Santo é condição fundamental para analisar a trajetória do crédito rural no estado, uma vez que o financiamento da produção cafeeira se tornou elemento central para a sustentação da atividade agrícola e para a própria permanência dos produtores no meio rural.

Apesar de sua relevância histórica e econômica, ainda são relativamente escassas as análises empíricas que investigam de forma sistemática o papel do crédito rural no desempenho da agropecuária capixaba. Sendo assim, o presente trabalho busca reproduzir o estudo de Amaral e Bacha (2025), realizado a nível nacional, visando especificamente o estado do Espírito Santo. Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a trajetória, a distribuição e a concentração do crédito rural no estado, considerando suas diferentes modalidades, fontes e beneficiários. De forma específica, busca-se: (i) descrever a evolução histórica e recente do crédito rural no estado, destacando sua distribuição por tipo de produtor, atividade produtiva, fonte de financiamento e localização geográfica; (ii) examinar a relação entre a expansão do crédito rural e a evolução da produção, da produtividade e do valor bruto da produção agropecuária.

Além desta introdução, este artigo é dividido em quatro seções. Na seção 1, é apresentada a revisão de literatura sobre a trajetória da agropecuária e a distribuição do crédito rural. Por sua vez, a seção 2 apresenta a metodologia empregada na análise. Já a seção 3 traz os resultados deste artigo, enquanto a seção 4 apresenta as considerações finais do trabalho.

2. Revisão da Literatura

A literatura recente mostra que, embora o crédito rural tenha contribuído de forma expressiva para o aumento do valor da produção, para a incorporação de inovações e para a melhoria da eficiência produtiva, sua trajetória ainda é marcada por entraves estruturais, como a concentração regional dos recursos e a seletividade no acesso por parte dos produtores. Assim, a dinâmica evolutiva do crédito rural evidencia avanços importantes, mas também aponta a permanência de desigualdades que limitam seu alcance como instrumento de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Amaral e Bacha (2024) analisam a distribuição do crédito oficial por grupos de agricultores, finalidade, produtos e modalidades, evidenciando que, ao longo do tempo, os recursos têm favorecido crescentemente médios e grandes produtores. Mesmo após a criação

do Pronaf, a agricultura familiar absorveu apenas 13,9% do crédito total em 2017. Ademais, observa-se forte seletividade produtiva, com concentração dos recursos em culturas voltadas à exportação, como soja, milho e café, bem como na modalidade de investimento em máquinas e equipamentos. Evidenciando um caráter estruturalmente concentrador nas culturas com um maior excedente de exportação.

Em relação a distribuição bancária, Costa et al. (2019) analisam o papel das cooperativas agropecuárias e das cooperativas de crédito na política agrícola de crédito rural no Brasil, buscando compreender como essas organizações participam do acesso aos recursos e de sua distribuição entre os produtores. Para isso, os autores desenvolvem um estudo exploratório e descritivo, fundamentado em bases públicas do Banco Central do Brasil, como a Matriz de Dados do Crédito Rural, balancetes das cooperativas de crédito e informações complementares do Ifdata. Os resultados mostram que essas cooperativas exercem função relevante no escoamento do crédito rural, tanto como beneficiárias quanto como operadoras do financiamento.

A literatura histórica e estrutural contribui para compreender as raízes dessas desigualdades regionais. Pereira Neto (2011), ao analisar a inserção do Espírito Santo no capitalismo brasileiro, mostra que a formação econômica capixaba foi marcada por baixos excedentes, forte presença da pequena propriedade e predominância do trabalho familiar. Diferentemente de São Paulo, onde o reinvestimento dos excedentes do café impulsionou a industrialização, no Espírito Santo a política de povoamento e o acesso à terra limitaram a formação de um mercado de trabalho assalariado e a acumulação de capital, com reflexos persistentes sobre a dinâmica produtiva e o acesso ao crédito.

Oliveira (2016), no capítulo 1, desenvolve uma discussão teórica sobre o papel do sistema financeiro no financiamento do setor rural brasileiro, contrapondo a visão ortodoxa, que entende os bancos como simples intermediários, à abordagem pós-keynesiana, segundo a qual essas instituições criam moeda, afetam as condições de financiamento e influenciam o desenvolvimento regional. A autora mostra que o crédito rural deve ser compreendido a partir do mecanismo de finance-funding e ressalta que, no caso brasileiro, a forte presença do Estado, os recursos direcionados e as taxas de juros controladas foram decisivos para viabilizar o financiamento agropecuário.

Em síntese, a literatura indica que o crédito rural desempenha papel central no desempenho e na eficiência da agropecuária brasileira, mas sua distribuição permanece marcada por desigualdades regionais, produtivas e estruturais. Esses elementos são particularmente relevantes para o Espírito Santo, cuja trajetória histórica e produtiva sugere

desafios específicos no acesso e na eficácia do crédito rural, justificando a análise empírica proposta nesta monografia.

3. Metodologia

Conforme Amaral e Bacha (2025), a metodologia do primeiro capítulo caracteriza-se como pesquisa aplicada, quanto à finalidade, por buscar compreender um problema concreto da realidade econômica capixaba; quantitativa, quanto à abordagem; exploratória e explicativa, quanto aos objetivos; e estatístico-comparativa-interpretativa, quanto aos métodos.

O artigo tem como foco a análise descritiva da distribuição do crédito rural no Espírito Santo, com o objetivo de identificar padrões de concentração, desigualdade e especialização produtiva, bem como sua relação com a estrutura agropecuária estadual. Para isso, são utilizados dados secundários organizados em tabelas e gráficos, permitindo comparação e interpretação sob diferentes recortes analíticos.

A análise do crédito rural considera a finalidade do crédito (custeio, investimento e comercialização), o tipo de atividade financiada (agricultura e pecuária), a categoria do produtor (agricultura familiar e não familiar), a distribuição bancária do crédito, os principais produtos agropecuários e sua distribuição territorial em nível municipal no Espírito Santo.

Os dados são examinados com base no método comparativo e interpretativo, conforme Gil (2008), comparando valores e número de contratos entre municípios, categorias de produtores, atividades produtivas e períodos distintos. Essa abordagem permite evidenciar assimetrias regionais e estruturais do sistema de crédito rural capixaba, bem como sua aderência às características históricas e produtivas do estado.

Os dados utilizados neste capítulo provêm de duas fontes principais. A primeira é o Banco Central do Brasil, por meio do Sistema de Informações de Crédito Rural (SICOR). Dessa base, analisam-se principalmente o valor do crédito rural contratado e o número de contratos, desagregados por finalidade, tipo de produtor, atividade financiada, instituição financeira e município.

A segunda fonte é o IBGE, especialmente os dados da produção agrícola municipal, incluindo Valor Bruto da Produção (VBP), área utilizada e produção física dos principais produtos agrícolas. Essas informações permitem contextualizar a distribuição do crédito rural em relação ao desempenho produtivo da agropecuária capixaba.

4. Discussão dos Resultados

A trajetória do crédito rural no Espírito Santo insere-se no arcabouço institucional estabelecido em âmbito nacional com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, mas apresenta características próprias decorrentes das especificidades econômicas e produtivas do estado. Embora o sistema de crédito rural tenha sido concebido de forma centralizada, sua operacionalização sempre dependeu da atuação de diferentes instituições financeiras, cujos papéis e relevância variaram ao longo do tempo e entre as unidades da federação. No caso capixaba, a evolução das fontes do crédito rural reflete tanto as diretrizes da política agrícola nacional quanto a configuração particular do sistema financeiro estadual e da estrutura produtiva local.

4.1 Distribuição por finalidade

Segundo Amaral e Bacha (2025, p. 9), entre 1969 e 2023 o crédito rural no Brasil passou por três fases. A primeira (1969-1979) foi de expansão do crédito com taxas reais de juros negativas; a segunda (1980-1996), de retração do volume concedido, associada à elevação dos juros reais e ao contexto de instabilidade macroeconômica; e a terceira, iniciada em 1997, de retomada do crescimento do crédito rural sob predominância de juros reais positivos. Nessa nova etapa, a expansão do crédito passou a depender menos de subsídios generalizados e mais de mudanças institucionais e produtivas no setor agropecuário. Entre os fatores que ajudam a explicar esse movimento, destaca-se a criação do Pronaf, em 1996, que ampliou a assistência creditícia aos agricultores familiares. Embora a distribuição do crédito rural tenha permanecido concentrada e desigual, a criação do Pronaf contribuiu para a ampliação do número de contratos e para a maior capilarização do crédito a partir do final dos anos 1990. Já no período mais recente, especialmente entre 2020 e 2023, Amaral e Bacha (2025, p. 9) atribuem o forte aumento do crédito rural à elevação dos preços internacionais das commodities agropecuárias, combinada à desvalorização cambial, fatores que ampliaram a rentabilidade do setor e sua capacidade de pagamento em um ambiente de juros mais elevados. Nesse contexto, os bancos, estimulados também pelo interesse em expandir emissões de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), aumentaram os empréstimos ao setor, favorecendo a produção e as exportações. Assim, o avanço observado no pós-2020 pode ser compreendido como resultado da combinação entre melhora dos preços relativos, maior rentabilidade da agropecuária e aprofundamento do financiamento privado no setor.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta a evolução do crédito rural contratado no Espírito Santo entre 1995 e 2025, considerando o valor total dos financiamentos, em milhões de reais a

preços de 2025, bem como o número de contratos firmados no período. Os dados encontram-se desagregados por finalidade do crédito: Comercialização, Custeio, investimento e industrialização, permitindo observar a importância relativa de cada modalidade no financiamento das atividades agropecuárias estaduais.

Tabela 1: Total de crédito rural (em milhões de reais de 2025) distribuídos no Espírito Santo e número de contratos assinados (em unidades) por finalidade (1995-2025)

	Ano		Finalidade (R\$ milhões de 2025)				Número de contratos			
	Comerc	Custeio	Indust	Invest	Total	Comerc	Custeio	Indust.	Invest.	Total
1995	n.d	371.27	n.d.	323.01	694.28	n.d	2103	n.d.	1881	3984
1996	0.55	499.69	n.d.	129.16	607.40	1	5422	n.d.	828	6251
1997	0.05	509.63	n.d.	97.72	607.40	1	8838	n.d.	1003	9842
1998	23.88	812.59	n.d.	77.37	913.84	76	13443	n.d.	459	13978
1999	17.63	973.05	n.d.	45.82	1036.50	99	19471	n.d.	399	19969
2000	11.00	949.57	n.d.	141.53	1102.10	131	28150	n.d.	796	29077
2001	14.62	679.14	n.d.	294.33	988.09	26	23859	n.d.	1977	25862
2002	82.60	756.00	n.d.	283.66	1122.26	457	22327	n.d.	2221	25005
2003	70.06	726.13	n.d.	338.37	1134.56	126	29645	n.d.	3793	33564
2004	132.97	703.86	n.d.	449.65	1286.48	837	29876	n.d.	5412	36125
2005	235.15	949.25	n.d.	648.08	1832.48	1301	31118	n.d.	7623	40042
2006	318.76	1338.80	n.d.	699.21	2356.77	841	33954	n.d.	10457	45252
2007	434.50	1608.48	n.d.	975.37	3018.35	707	36409	n.d.	12679	49795
2008	336.20	1773.63	n.d.	960.42	3070.25	697	37785	n.d.	12254	50736
2009	330.20	2223.04	n.d.	1331.82	3885.06	633	32732	n.d.	12475	45840
2010	433.03	2163.90	n.d.	1395.83	3992.76	680	31562	n.d.	12299	44541
2011	383.53	2142.90	n.d.	1515.27	4041.70	300	28549	n.d.	12761	41610
2012	393.37	2421.79	n.d.	1993.83	4808.99	361	29152	n.d.	16209	45722
2013	511.47	2883.38	n.d.	2238.10	5632.95	446	37041	n.d.	20994	58481
2014	727.77	3017.89	n.d.	2703.47	6449.13	359	35086	n.d.	19546	54991
2015	465.47	2891.84	n.d.	1334.39	4691.70	214	32920	n.d.	8930	42064
2016	331.06	1597.29	18.63	844.99	2791.97	108	18102	3	6801	25014
2017	383.42	1859.43	38.40	1066.43	3347.68	114	19289	8	7694	27105
2018	560.68	1850.58	109.78	1150.48	3671.52	121	17078	24	7731	24954
2019	498.91	1878.39	54.95	875.47	3307.72	232	15013	8	6307	21560
2020	415.03	1693.51	43.43	1075.37	3227.34	417	14442	7	7121	21987
2021	726.23	1804.32	80.06	1224.26	3834.87	884	15372	16	8582	24854
2022	1302.84	2537.02	67.28	1209.39	5116.53	1354	17865	12	8136	27367
2023	1694.61	3068.72	67.68	1975.06	6806.07	1908	18880	17	12526	33331
2024	2048.94	3463.55	81.29	2739.79	8333.57	2415	18303	26	17695	38439
2025	2276.00	3976.30	90.69	2909.00	9251.99	2832	19990	25	18118	40965

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços–Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (=100).

A Tabela 1 evidencia que a trajetória do crédito rural no Espírito Santo, entre 1995 e 2025, foi marcada por forte expansão do volume de recursos concedidos, embora com oscilações ao longo da série. Em valores reais de 2025, o montante total passou de R\$ 694,28 milhões, em 1995, para R\$ 9.251,99 milhões, em 2025, o que representa um crescimento de mais de treze vezes no período. Essa evolução, contudo, não ocorreu de forma linear. Observa-se uma primeira fase de crescimento mais gradual entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, seguida por uma trajetória de expansão mais intensa entre 2004 e 2014, quando o volume total salta de R\$ 1.286,48 milhões para R\$ 6.449,13 milhões. Em seguida, verifica-se uma retração entre 2015 e 2020, com queda expressiva do montante concedido, e, por fim, um

novο ciclo de recuperaçāo e aceleraçāo a partir de 2021, culminando no maior valor de toda a sέrie em 2025.

Do ponto de vista da composiçāo por finalidade, a tabela mostra que o crέdito rural capixaba foi direcionado majoritariamente para custeio e investimento durante praticamente todo o períoδο analisado. O custeio permaneceu como a principal finalidade em termos de valor, refletindo a centralidade do financiamento das despesas correntes da produçāo agropecuária, tais como insumos, sementes, defensivos, alimentaçāo animal e demais gastos associados ao ciclo produtivo. O investimento, por sua vez, ocupou a segunda posiçāo na maior parte da sέrie, ressaltando a importāncia do crέdito voltado à ampliaçāo da capacidade produtiva, à aquisiçāo de máquinas, equipamentos e melhorias na infraestrutura das propriedades. Em 2025, por exemplo, do total de R\$ 9.251,99 milhōes concedidos, R\$ 3.976,30 milhōes corresponderam ao custeio, R\$ 2.909,00 milhōes ao investimento, R\$ 2.276,00 milhōes à comercializaçāo e R\$ 90,69 milhōes à industrializaçāo. Em termos relativos, isso significa que o custeio respondeu por 42,98% do total, o investimento por 31,44%, a comercializaçāo por 24,60% e a industrializaçāo por apenas 0,98%.

Um aspecto particularmente relevante da sέrie é o crescimento da finalidade comercializaçāo, sobretudo nos anos mais recentes. Se, nos primeiros anos observados, essa modalidade possuía participaçāo bastante reduzida no montante total do crέdito rural estadual, a partir da dέcada de 2020 ela passa a ganhar peso de forma mais evidente. Entre 2021 e 2025, o valor destinado à comercializaçāo passou de R\$ 726,23 milhōes para R\$ 2.276,00 milhōes, elevando substancialmente sua participaçāo relativa no total concedido. Esse comportamento diferencia o caso capixaba do padrāo nacional mais geral, no qual custeio e investimento tendem a concentrar mais claramente os recursos. Assim, embora o Espírito Santo acompanhe a tendēncia nacional de crescimento do crέdito rural, sua composiçāo interna revela uma expansāo mais expressiva das operaçōes ligadas à comercializaçāo no períoδο recente.

A análise do número de contratos assinados permite qualificar esse movimento. O total de operaçōes passou de 3.984 contratos, em 1995, para 40.965, em 2025, o que demonstra ampliaçāo significativa da capilaridade do crέdito rural no estado. No entanto, o maior número de contratos da sέrie nāo ocorreu em 2025, mas em 2013, quando foram registradas 58.481 operaçōes. Isso sugere que a expansāo mais recente do crέdito nāo decorreu apenas do aumento do número de contratos, mas também da elevaçāo do valor médio das operaçōes. Em outras palavras, o crέdito cresceu nāo só em extensāo, mas também em intensidade monetária.

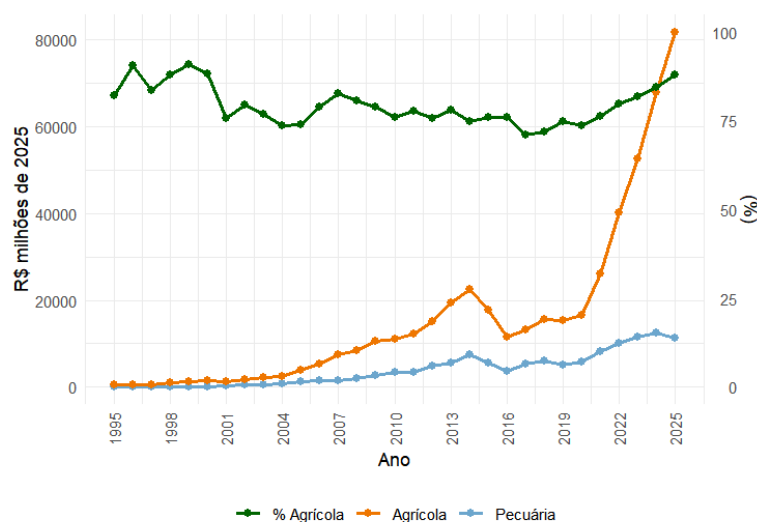
Ao mesmo tempo, a comparaçāo entre o volume financeiro e o número de contratos revela diferençās importantes no perfil de cada finalidade. As modalidades de comercializaçāo

e, em menor escala, de industrialização, mobilizam relativamente poucos contratos, mas com valores médios bastante elevados. Em 2025, o valor médio por contrato de comercialização foi de aproximadamente R\$ 803,7 mil, enquanto o de custeio ficou em torno de R\$ 198,9 mil e o de investimento em R\$ 160,6 mil. No caso da industrialização, apesar da baixa participação e do número bastante reduzido de contratos, o valor médio ultrapassou R\$ 3,6 milhões por operação. Isso sugere que essas finalidades beneficiam um conjunto mais restrito de agentes, provavelmente com maior escala produtiva, maior inserção mercantil e maior capacidade de mobilização de crédito. Já o custeio e o investimento, por envolverem número muito maior de contratos, apresentam maior capilaridade e alcance entre os produtores.

4.2 Distribuição por atividade

Se a Tabela 1 evidenciou a evolução do crédito rural no Espírito Santo segundo suas finalidades, a Figura 1 permite observar sua distribuição por atividades, distinguindo os recursos destinados à agricultura e à pecuária entre 1995 e 2025. O gráfico mostra que, ao longo de toda a série, o crédito rural capixaba permaneceu majoritariamente direcionado à atividade agrícola, cuja participação percentual se manteve sistematicamente superior à da pecuária. Ainda que ambas as atividades tenham ampliado o volume de recursos recebidos, a agricultura concentrou a maior parcela do montante financiado durante todo o período, revelando que a expansão do crédito no estado esteve fortemente associada ao segmento agrícola.

Figura 1: Distribuição do crédito rural no Espírito Santo por atividades (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (=100).

Esse resultado é coerente com o padrão identificado por Amaral e Bacha (2025, p. 10) para o Brasil. Ao analisarem a distribuição do crédito rural oficial por atividade no período de 1969 a 2023, os autores mostram que a agricultura absorveu, em média, 77% desses recursos

no país, embora sua participação tenha perdido espaço relativo a partir dos anos 1990, em razão do maior crescimento do crédito destinado à pecuária. Assim, embora o caso capixaba acompanhe a predominância histórica da agricultura observada no plano nacional, a Figura 1 sugere que, no Espírito Santo, essa centralidade da atividade agrícola se manteve de forma ainda mais pronunciada, o que pode ser relacionado à própria estrutura produtiva do estado, marcada pelo peso de lavouras comerciais, especialmente a cafeicultura.

A interpretação desse movimento pode ser aprofundada Segundo Oliveira (2016, p. 23). Para a autora a política regional de desenvolvimento rural e as prioridades locais encontram-se subordinadas à política macroeconômica, particularmente à garantia de superávits na balança comercial. Nessa direção, a autora afirma que o crédito rural concentra-se nos grandes produtores de commodities, localizados nas regiões mais desenvolvidas, constituindo-se, assim, em reflexo da política macroeconômica do país, e não da política regional de desenvolvimento local.

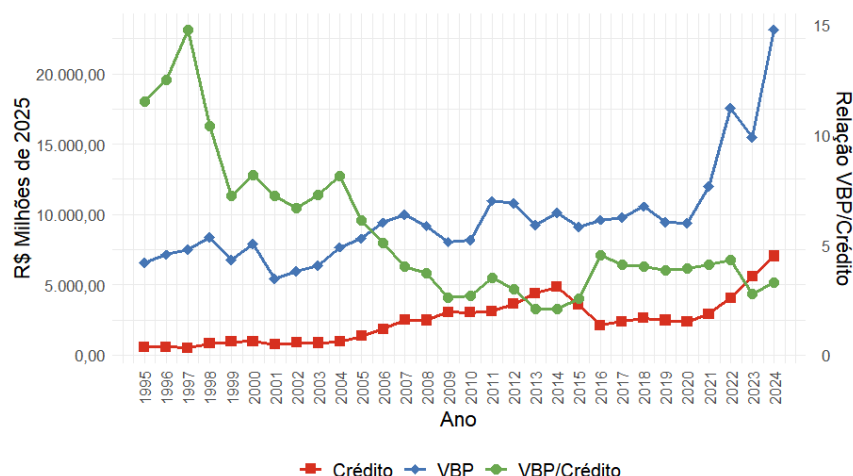
Aplicada ao Espírito Santo, essa leitura ajuda a compreender por que a agricultura aparece como atividade predominante, conforme a figura 2: trata-se de um estado cuja dinâmica rural está historicamente vinculada a culturas agrícolas com forte integração ao mercado, o que favorece maior demanda por financiamento e maior capacidade de absorção de recursos.

Essa interpretação encontra respaldo na Figura 2, que evidencia a evolução conjunta do crédito rural e do valor bruto da produção (VBP) agrícola no Espírito Santo entre 1995 e 2024. Observa-se que, a partir do final dos anos 1990, tanto o crédito quanto o VBP passam a apresentar trajetória ascendente, ainda que com oscilações ao longo do período. Esse movimento é compatível com o argumento de Amaral e Bacha (2025, p. 9), segundo o qual a terceira fase do crédito rural brasileiro, iniciada em 1997, foi marcada por uma nova expansão do financiamento agropecuário, agora em um contexto de juros reais positivos e de reconfiguração das condições econômicas e institucionais do setor. No caso capixaba, a ampliação do crédito ao longo dos anos 2000 e, sobretudo, sua aceleração mais recente parecem acompanhar esse mesmo processo de expansão.

Contudo, a Figura 2 também revela que o crescimento do VBP não ocorreu na mesma intensidade do avanço do crédito rural. Embora ambas as variáveis apresentem tendência de alta, a razão VBP/crédito mostra uma trajetória declinante no longo prazo. Nos anos finais da década de 1990, essa relação situava-se em patamares elevados, superiores a 10, e acima da média nacional, indicando que o valor gerado pela produção agrícola era significativamente maior em comparação ao volume de crédito mobilizado. A partir dos anos 2000, porém, essa diferença se reduz de forma expressiva, com a razão VBP/crédito convergindo para níveis

próximos de 2 a 3 a partir da década de 2010. Esse declínio, inclusive, mostra-se mais acentuado do que aquele apontado por Amaral e Bacha (2025, p. 11), sugerindo que, no Espírito Santo, o crédito rural cresceu, em termos relativos, de maneira mais acelerada que o valor da produção agropecuária.

Figura 2: Relação entre crédito rural agrícola e valor bruto da produção agrícola no Espírito Santo (1995-2024).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025) e Ministério da Agricultura e Pecuária. Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

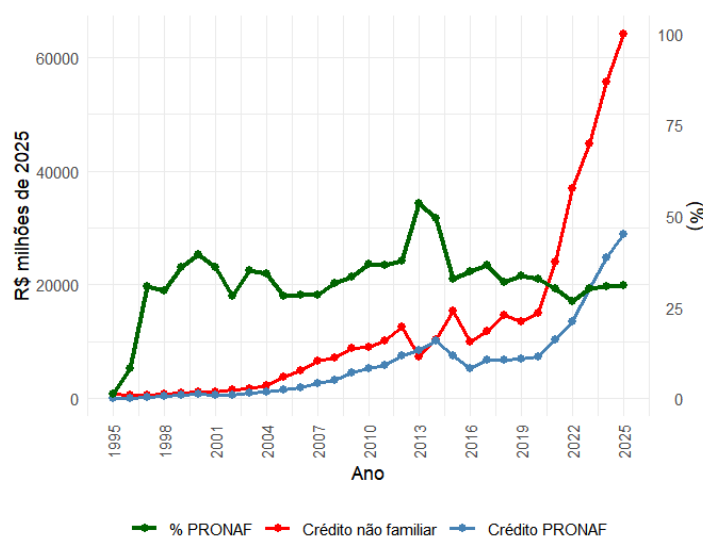
Em outras palavras, a expansão da renda gerada no setor não acompanhou, na mesma proporção, a expansão do financiamento. Assim, o comportamento das séries sugere que o aumento do crédito rural no Espírito Santo esteve associado não apenas ao crescimento da produção, mas também a uma presença cada vez mais intensa do crédito na sustentação da atividade rural. Esse resultado dialoga diretamente com a interpretação de Amaral e Bacha (2025), para quem a alta dos preços internacionais das commodities agropecuárias e a desvalorização cambial elevaram a rentabilidade do setor e ampliaram sua capacidade de pagamento, incentivando a expansão dos empréstimos, inclusive por meio do maior uso de fontes privadas, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). No contexto capixaba, esse quadro ajuda a explicar por que, mesmo com o crescimento do VBP, a relação entre produção e crédito não retorna aos níveis observados no início da série: o financiamento avança em ritmo mais intenso, refletindo um ambiente de crescente financeirização da agropecuária.

4.3 Distribuição por tipo de produtor

Conforme o descrito na introdução desse artigo, a estrutura fundiária capixaba foi construída em torno da pequena propriedade, sendo predominante a agricultura familiar no estado. O Censo Agropecuário de 2017, contabilizou 108.014 estabelecimentos agropecuários

no estado, dos quais 74,8% são familiares. As áreas dos estabelecimentos agropecuários somaram 3.246.763 hectares, dos quais 33,2% são de produtores rurais familiares. A diferença da inserção do Espírito Santo na economia capitalista, apontada por Pereira Neto (2011), também é refletido na participação da concessão de crédito para os produtores, conforme a Figura 3 aponta.

Figura 3: Evolução do crédito rural concedido à agricultura familiar e à agricultura não familiar no Espírito Santo (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

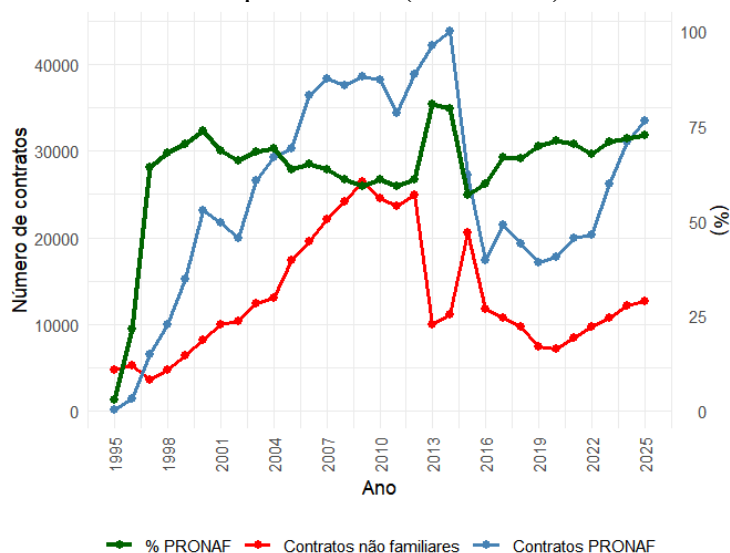
Os resultados apontados pela Figura 3, divergem do observado em nível nacional por Amaral e Bacha (2025, p. 14). Como apresentado, o crédito do PRONAF apresenta uma participação historicamente mais igualitária em comparação às linhas destinadas aos agricultores não familiares¹, tendo, em 2013 e 2014, superado o montante de crédito não familiar e apresentado uma tendência em torno de 30% de participação no crédito total. Esse percentual contrasta com a média nacional de 15%, apresentada por Amaral e Bacha (2015, p. 14).

As Figuras 4 e 5, analisadas em conjunto, permitem compreender com maior precisão a dinâmica do crédito rural no Espírito Santo ao evidenciar, simultaneamente, a evolução do número de contratos e do valor médio das operações destinadas à agricultura familiar e à agricultura não familiar entre 1995 e 2025. Em primeiro lugar, a Figura 4 mostra que o PRONAF concentrou, ao longo de quase toda a série, a maior parte dos contratos firmados no estado, mantendo participação geralmente superior à da agricultura não familiar e situando-se,

¹ Entende-se por agricultura não familiar o conjunto de recursos destinados a programas distintos do PRONAF.

em diversos momentos, em patamares próximos de 70% do total. Em valores absolutos, observa-se forte expansão do número de contratos da agricultura familiar desde o final dos anos 1990 até meados da década de 2010, seguida de retração e posterior recuperação nos anos mais recentes. Já os contratos da agricultura não familiar, embora também apresentem crescimento em parte do período, permanecem em volume inferior e com trajetória menos robusta.

Figura 4: Evolução do número de contratos assinados pela agricultura familiar e não familiar no Espírito Santo (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025).

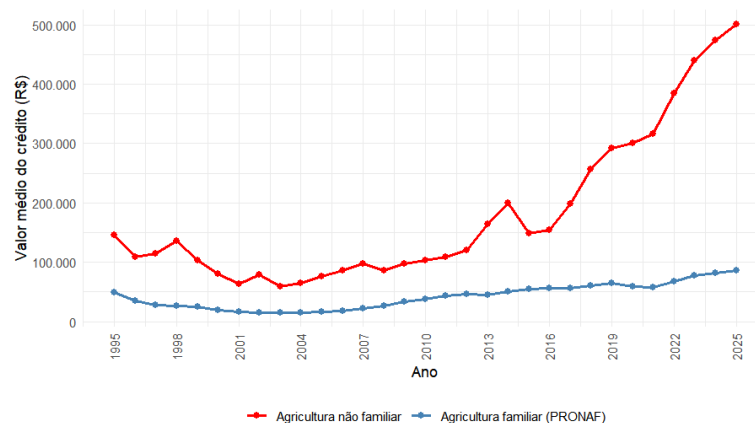
Entretanto, a Figura 5 mostra que a predominância da agricultura familiar em número de operações não se converte em maior valor médio por contrato. Ao longo de toda a série, a agricultura não familiar apresenta contratos com valor médio significativamente superior ao do PRONAF. Na agricultura familiar, os valores médios permanecem baixos e relativamente estáveis até meados dos anos 2000, crescendo gradualmente a partir do fim dessa década, mas sem alcançar os níveis do segmento não familiar. Esse padrão é coerente com a lógica do programa, voltado a produtores de menor escala, o que resulta em operações mais numerosas e de menor valor individual.

Já a agricultura não familiar, embora registre menos contratos, concentra operações de maior porte. Seu valor médio cresce de forma expressiva a partir da década de 2010, atingindo os maiores níveis entre 2022 e 2025. Isso sugere que a expansão recente do segmento ocorreu menos pela ampliação do acesso ao crédito e mais pelo aumento do tamanho médio das operações.

Assim, a comparação entre as Figuras 4 e 5 evidencia uma diferença estrutural no crédito rural capixaba: de um lado, a agricultura familiar se destaca pela maior capilaridade do crédito;

de outro, a agricultura não familiar concentra recursos em menos contratos, porém de maior valor médio.

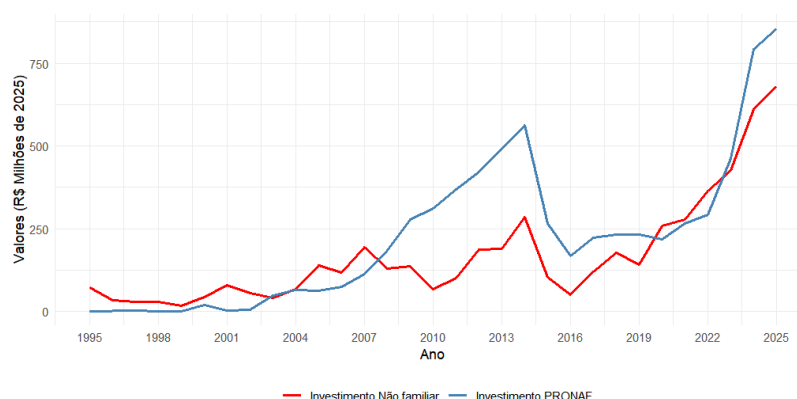
Figura 5: Comparação do valor médio dos contratos da agricultura familiar e não familiar no Espírito Santo (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

Outro ponto que evidencia as diferenças históricas do estado é a estrutura de financiamento da mecanização das atividades rurais. Ao somarmos os valores destinados à mecanização das atividades agrícolas, como os investimentos em tratores, veículos, máquinas e equipamentos, desde a criação do PRONAF, observamos que o crédito do PRONAF foi superior ao crédito não familiar em boa parte da série histórica, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6: Comparação da evolução do valor de financiamentos para investimentos na mecanização do campo entre a agricultura familiar e não familiar no Espírito Santo (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

O que apresenta um impacto direto da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que facilitou o acesso ao crédito para pequenos produtores, possibilitando a modernização do campo brasileiro. O que está em linha

com os argumentos de Rocha e Morandi (2012, p, 116) definindo o crédito rural como o principal instrumento do capitalismo brasileiro na execução da ‘modernização conservadora’ do campo.

4.4 Distribuição bancária

Em relação às instituições financeiras responsáveis pela oferta de crédito, verifica-se que 67,9% do montante financiado no estado está concentrado em duas instituições, conforme a Tabela 2. Além disso, as cooperativas ocupam duas das três primeiras posições entre os maiores credores rurais do estado. O Banco do Brasil, precursor do crédito rural no Brasil, lidera o ranking, com participação de 35,3% do total concedido, seguido de perto pelo Sicoob, com 32,6%. Em terceiro lugar, aparece o Sicredi, com 8,31%, o que reforça o peso do cooperativismo de crédito na estrutura de financiamento rural do Espírito Santo.

Desse modo, a Tabela 2 revela que a distribuição do crédito rural no Espírito Santo, em 2025, esteve fortemente ancorada em dois pilares institucionais: de um lado, os bancos públicos, com destaque para o Banco do Brasil e o Banestes; de outro, as cooperativas de crédito, especialmente Sicoob, Sicredi e Cresol. Tal configuração indica que a oferta de crédito rural no estado depende fundamentalmente dessas instituições, enquanto os bancos privados comerciais exercem papel secundário. Assim sendo, a dinâmica do financiamento rural capixaba combina forte concentração institucional dos bancos públicos com um crescimento do cooperativismo, conforme orienta a Figura 7.

Tabela 2: Concentração do crédito rural no Espírito Santo por instituição financeira em 2025.

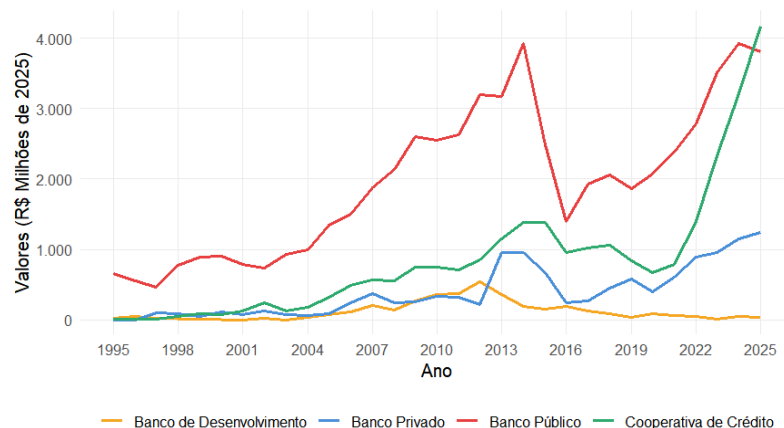
Rank	Instituição financeira	Total (R\$)	Participação (%)	Part. acumulada (%)
1	BCO DO BRASIL S.A.	3.266.238.704	35,3	35,3
2	COOP SICOOB (Agregado)	3.014.102.892	32,6	67,9
3	COOP SICREDI (Agregado)	769.233.667	8,31	76,2
4	BCO BANESTES S.A.	650.401.966	7,03	83,2
5	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	441.616.963	4,77	88,0
6	COOP CRESOL (Agregado)	369.724.175	4,00	92,0
7	BCO BRADESCO S.A.	181.087.759	1,96	94,0
8	ITAÚ UNIBANCO S.A.	161.476.989	1,75	95,7
9	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	95.468.649	1,03	96,7
10	BCO SANTANDER S.A.	84.714.894	0,92	97,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

Ao longo de grande parte da série, os bancos públicos ocuparam posição predominante, respondendo pelos maiores volumes de crédito concedido. Essa trajetória expressa a centralidade histórica dessas instituições na sustentação do financiamento rural capixaba, sobretudo entre meados dos anos 2000 e a primeira metade da década de 2010, quando se observa forte expansão dos valores contratados. Ainda que esse segmento apresente retração

acentuada em 2016, sua participação permanece elevada nos anos subsequentes, com recuperação gradual até o final do período.

Figura 7: Participação percentual dos segmentos bancários no crédito rural no Espírito Santo (1995-2025).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

Entretanto, a principal observação a ser realizada no gráfico refere-se ao avanço das cooperativas de crédito. Embora sua participação tenha sido reduzida nos anos iniciais da série, esse segmento passou a apresentar crescimento contínuo a partir dos anos 2000, com aceleração mais intensa nos anos recentes. Nos últimos anos do período analisado, a expansão do cooperativismo torna-se particularmente expressiva, culminando, em 2025, na superação do volume concedido pelos bancos públicos, efeito também captado com o crescimento de cooperativas presentes no estado, conforme apresentado na Tabela 2. Em linha com Costa et al. (2019), esse avanço pode ser explicado por mudanças institucionais e operacionais no sistema de crédito rural, especialmente pelo repasse de recursos obrigatórios dos bancos às cooperativas por meio dos Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (DIR) e pela expansão da poupança rural como fonte estratégica de funding. Ademais, os autores mostram que as cooperativas ampliaram sua participação tanto no valor financiado quanto no número de contratos, além de reduzirem menos suas operações em contextos de restrição da oferta de crédito, o que contribuiu para o aumento de sua participação relativa no mercado de crédito rural.

4.5 Distribuição por produtos

As Tabelas 3 e 4 permitem avaliar a distribuição do crédito de custeio agrícola por cultura no Espírito Santo e sua relação com a estrutura produtiva estadual. Observa-se, inicialmente, que a alocação do crédito rural no estado é fortemente concentrada na cafeicultura.

Em 1995, o café absorvia R\$ 143,85 milhões, correspondentes a 52,5% do total do crédito de custeio agrícola. Em 2005, essa participação elevou-se para 80,6%, atingindo 83,9% em 2015 e permanecendo em 78,0% em 2025. Em outras palavras, a expansão do crédito de custeio agrícola capixaba ocorreu de forma marcadamente seletiva em favor do café, ainda que tenha havido ligeira redução dessa concentração no último ano analisado.

As demais culturas participaram com parcelas substancialmente inferiores. Em 1995, o mamão respondia por 10,6% do crédito de custeio, enquanto tomate e banana participavam com 3,5% e 2,9%, respectivamente. Em 2025, o mamão permaneceu na segunda posição, com 5,0% do total, ao passo que tomate e banana corresponderam a apenas 1,8% e 1,5%, respectivamente. A pimenta-do-reino, embora tenha ampliado sua presença ao longo do período, passou de participação praticamente nula em 1995 para 1,1% em 2025. Cana-de-açúcar, cacau, noz, abacaxi e inhame, por sua vez, mantiveram participações reduzidas, inferiores a 1% na maior parte da série. Desse modo, os dados da Tabela 3 indicam que o crédito de custeio agrícola no Espírito Santo é concentrador, desigualmente distribuído e seletivo por cultura atendida, favorecendo de maneira nítida a cafeicultura.

Tabela 3: Crédito e percentual de custeio agrícola por cultura (em R\$ milhões de 2025) distribuído no Espírito Santo (1995-2025).

PRODUTO	1995	%	2005	%	2015	%	2025	%
CAFÉ	143.85	52.50	675.37	80.60	1901.14	83.90	2609.51	78.00
MAMÃO	29.00	10.60	13.50	1.60	54.20	2.40	167.94	5.00
TOMATE	9.66	3.50	37.09	4.40	55.38	2.40	60.77	1.80
BANANA	7.85	2.90	14.62	1.70	29.00	1.30	49.63	1.50
PIMENTA-DO-REINO	0.02	0.00	2.73	0.30	21.02	0.90	38.05	1.10
GENGIBRE	0.00	0.00	6.14	0.70	5.75	0.30	12.89	0.40
CANA-DE-AÇÚCAR	0.46	0.20	9.10	1.10	8.69	0.40	10.91	0.30
CACAU	0.00	0.00	2.99	0.40	13.14	0.60	9.31	0.30
NOZ	0.00	0.00	0.00	0.00	2.78	0.10	9.19	0.30
ABACAXI	4.06	1.50	4.00	0.50	14.47	0.60	8.29	0.20
INHAME	0.00	0.00	0.00	0.00	19.08	0.80	7.42	0.20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

A Tabela 4 mostra que o valor da produção agrícola estadual também é liderado pelo café, mas apresenta composição relativamente mais diversificada do que aquela observada na distribuição do crédito. Em 1995, o valor bruto da produção de café foi de R\$ 3.842,83 milhões, passando para R\$ 4.590,46 milhões em 2005, R\$ 5.781,34 milhões em 2015 e R\$ 16.681,58 milhões em 2024. A cultura manteve, portanto, a posição central na estrutura produtiva capixaba. Contudo, outras atividades também assumiram relevância econômica expressiva. A pimenta-do-reino, por exemplo, passou de R\$ 31,71 milhões em 1995 para R\$ 2.223,99 milhões em 2024, enquanto a banana atingiu R\$ 964,87 milhões e o mamão, R\$ 801,05 milhões no

último ano analisado. Também se destacaram o cacau em amêndoa, com R\$ 541,23 milhões, e o tomate, com R\$ 456,47 milhões em 2024.

Tabela 4: Evolução das dez culturas com os maiores valores brutos da produção agrícola em 2024, colhidas no Espírito Santo (1995–2025), em R\$ milhões de 2025.

Produto	1995	2005	2015	2024
Café	3842.83	4590.46	5781.34	16681.58
Pimenta do reino	31.71	56.22	681.18	2223.99
Banana	666.18	209.66	581.50	964.87
Mamão	267.55	1448.98	531.86	801.05
Cacau em amêndoa	34.58	155.74	82.15	541.23
Tomate	286.30	338.65	437.77	456.47
Coco da baía	71.48	124.27	146.35	275.67
Cana de açúcar	304.47	493.01	238.41	234.47
Abacaxi	163.79	110.39	89.88	144.32
Mandioca	86.94	78.25	76.97	130.62

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE) (2025). Nota: Os dados foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base 2025 (= 100).

Quando se comparam as duas tabelas, nota-se que a concentração do crédito é mais elevada do que a concentração da própria estrutura produtiva. Ainda que o café seja o principal produto tanto em valor da produção quanto na absorção do crédito de custeio, culturas como pimenta-do-reino, banana, mamão, tomate e cacau possuem peso relevante na produção agrícola estadual, mas recebem proporção muito inferior dos recursos de custeio. A pimenta-do-reino constitui o caso mais evidente desse descompasso: embora tenha se tornado uma das culturas mais importantes em valor de produção no estado, sua participação no crédito de custeio alcançou apenas 1,1% em 2025. Assim, a distribuição setorial do financiamento rural não acompanha, de forma proporcional, a diversificação da base produtiva capixaba.

5. Considerações finais

A análise da trajetória, distribuição e concentração do crédito rural no Espírito Santo, permitiu relacionar sua evolução às especificidades históricas e produtivas da agropecuária capixaba. Os resultados mostram que, entre 1995 e 2025, houve expressiva expansão do volume de crédito rural no estado, ainda que marcada por oscilações ao longo do período. Em termos reais, o crédito cresceu de forma significativa, com predominância das modalidades de custeio e investimento, além de aumento recente das operações de comercialização.

A análise por atividade evidenciou a centralidade da agricultura na absorção dos recursos, em patamar superior ao observado nacionalmente, o que reflete a própria estrutura produtiva do Espírito Santo, historicamente vinculada à cafeicultura e a outras lavouras

comerciais. Ao mesmo tempo, a relação entre crédito rural e valor bruto da produção agrícola indicou que o financiamento cresceu, em termos relativos, mais rapidamente do que a renda gerada no setor, sinalizando maior dependência do crédito para a reprodução da atividade rural no estado.

No que se refere ao perfil dos beneficiários, os resultados mostraram uma configuração dual. De um lado, a agricultura familiar apresentou maior capilaridade, concentrando parcela expressiva dos contratos e participação no crédito total superior à média nacional. De outro, a agricultura não familiar destacou-se pelo maior valor médio das operações, revelando concentração de recursos em contratos menos numerosos e de maior porte. Esse padrão sugere que, embora o crédito rural capixaba tenha alcançado maior disseminação entre pequenos produtores, a distribuição dos valores segue marcada por assimetrias estruturais.

A estrutura institucional do financiamento também revelou características relevantes. O crédito rural no Espírito Santo permanece fortemente concentrado em bancos públicos e cooperativas de crédito, com destaque para o Banco do Brasil e o Sicoob. Ademais, o avanço recente das cooperativas indica mudança importante no padrão de oferta de crédito, reforçando seu papel na interiorização e operacionalização do financiamento agropecuário.

Por fim, a distribuição do crédito por cultura evidenciou forte seletividade produtiva. Embora o café permaneça como principal produto da agropecuária capixaba, a concentração do crédito de custeio nessa cultura mostrou-se superior à própria concentração da estrutura produtiva estadual. Culturas relevantes em termos de valor da produção, como pimenta-do-reino, banana, mamão, tomate e cacau, receberam participação proporcionalmente menor dos recursos, revelando descompasso entre a diversificação produtiva do estado e a alocação do financiamento rural.

O crédito rural desempenha papel central na dinâmica da agropecuária capixaba. No entanto, sua distribuição ainda é marcada por concentração setorial, assimetrias entre os diferentes perfis de produtores e seletividade no acesso aos recursos. Nesse contexto, tornam-se necessários novos estudos, bem como a formulação de políticas públicas voltadas à redução da dependência de um único produto para a sustentação da agricultura local. Também se mostra relevante uma análise da concentração territorial do crédito no estado, além de pesquisas

comparativas que relacionem a evolução do preço da saca de café, os níveis de produção, as exportações e o financiamento do setor.

Referências

AMARAL, Felipe José Gurgel do; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução do crédito rural no Brasil de 1969 a 2023. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1–30, 2025. DOI: 10.1590/19805527252903.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Tabelas e microdados do crédito rural e do Proagro*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tabelas-credito-rural-proagro>.

CELIN, José Lázaro. Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. 1984. 330 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

COSTA, Davi R. de Moura; NEVES, Mateus de C. Reis; BIAVASCHI, João Tomas F.; SANTOS, Pedro de Mesquita; FABBRI, Marcos V. Azevedo; THEODORO, Ricardo. Cooperativas na política agrícola de crédito rural. *Revista de Política Agrícola*, ano 28, n. 3, p. 81-98, jul./ago./set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Produção Agrícola Municipal (PAM): tabelas*. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.

OLIVEIRA, Francisca Suerda Soares de. Sistema financeiro e financiamento do setor agropecuário no contexto macroeconômico brasileiro: uma análise da evolução, magnitude e distribuição do crédito rural segundo as regiões, os produtos e os produtores (2000–2010). 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA NETO, Claudeci. Considerações sobre a inserção do Espírito Santo na economia capitalista. In: *Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], [s.d.], p. 39–68.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955–1985)*. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p. (Espírito Santo: Economia e Política, v. 1). ISBN 978-85-64243-03-3.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. A violenta modernização: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.